

## Sociedade

# Centros educativos. Jovens presos à ideia de homem que não tolera um insulto

Projecto promove “masculinidades não violentas e estratégias que quebrem ciclos de violência”

Ana Cristina Pereira

Para ser um homem é preciso ser corajoso? Sim, responde a maior parte dos jovens internados nos centros educativos por terem cometido factos tipificados como crime. Se alguém te insultar, defendes a tua honra, até com força, se necessário? Sim, torna a responder o maior número. Justifica-se agir com violência contra pessoas homossexuais, se te tentarem engatar? Sim.

O projecto de investigação-acção chama-se “X-MEN: Masculinidades, Empatia e Não Violência”. Foi desenvolvido em três países da União Europeia: Portugal (Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra), Croácia (Status M) e Espanha (Fundação Cepaim) e procura promover “masculinidades não violentas e estratégias que quebrem os ciclos de violência”.

No relatório final, a equipa de investigadores coordenada por Tatiana Moura começa por lembrar que a exposição à violência em tenra idade pode levar à sua normalização na vida adulta. E que a tendência para a violência pode ser agravada em instituições como prisões e centros de detenção.

A literatura científica identifica cinco dinâmicas que aumentam a probabilidade de rapazes e homens se envolverem em actos violentos: “a necessidade de manter um estatuto masculino socialmente reconhecido; o constante policiamento do desempenho masculino a que são sujeitos; a pressão para esconder emoções; os espaços e culturas segregadas por género; o reforço do poder patriarcal”.

Partindo de tais pressupostos, Tatiana Moura, Haydée Caruso, Marta Mascarenhas e Tiago Rolino

aplicaram um inquérito a todos os adolescentes que se encontravam nos seis centros educativos do país - em Março deste ano estavam 136; em Março-Abril de 2022 estavam 121 e 116 aceitaram participar. Também entrevistaram nove rapazes e três raparigas. E dinamizaram seis grupos focais com internados e seis grupos focais com profissionais.

## Um retrato possível

Embora a maior parte tivesse nascido em Portugal, muitos tinham vindo do Brasil, de Cabo Verde, de Moçambique ou de Angola. Mais da metade (53%) vivia num bairro social. Alguns admitiam sentir-se discriminados pelo sítio onde moravam (24%) ou pela cor da sua pele (11%).

O maior número contava 16 ou 17 anos e frequentava o 3.º ciclo, abaixo do expectável para a idade. Quando se procurou perceber a sua relação com a escola, emergiu o desastre. Não gostavam das aulas (34%) nem dos professores (21%). Gostavam de estar com os amigos (27%) e dos intervalos (23%).

A maioria tinha processos de promoção e protecção de crianças e jovens em risco - 64% tinham mesmo sido sujeitos a uma ou mais medidas. No total da amostra, um terço já tinha estado a viver numa casa de acolhimento. E a vasta maioria tinha uma trajectória de delinquência e já cumprira alguma medida tutelar educativa mais branda (o internamento é a mais grave).

Manifestavam familiaridade com o consumo de drogas. Questionados sobre as suas práticas antes de ali entrar, 49% declararam que as usavam todos os dias, 11% todas as semanas, 16% às vezes e 14% raramente.

Como jovens do seu tempo, partilhavam gostos e estilos associados à música, a artistas, a desportos. E aí



**Os jovens institucionalizados em centros educativos como o Navarro Paiva (na foto), em Lisboa, tendem a reproduzir estereótipos que associam masculinidade e violência**

sobressaia o rap e o *drill*, uma variante com letras “que narram situações de conflitos e rixas entre grupos juvenis, que detalham a vida das ruas e dos bairros onde moram”.

Muitos avaliavam de forma negativa a polícia (57%) e a justiça (35%). Alguns relataram situações de conflito com as autoridades e até de violência. “São as suas instituições que mais os fizeram sofrer”, torna Tatiana Moura. “Acham que a justiça é dura de mais com eles. Acham que, se fossem de classes sociais elevadas, não estariam ali.”

“Estão perdidos”, comenta Tatiana Moura. “Acham que devem assumir determinados comportamentos para serem valorizados pela sociedade. Acham que devem ser aquilo que se considera socialmente um homem a sério. Isso passa muito por ter suces-

so, por ter um emprego bem remunerado, por ter uma família, indicadores difíceis de cumprir. E pela construção de uma identidade que se serve da violência para manter ou recuperar poder.”

Os resultados não deixam margem para dúvida: 69% concordam que para ser homem é preciso ser corajoso; 85% julgam que, se alguém os insultar, devem defender a sua honra “até com força se necessário”; 39% acham que o homem deve ter a última palavra no processo de decisão.

No que diz respeito às relações pessoais, as respostas ao inquérito até indicam rejeição da violência. Todavia, tantos os adolescentes como os profissionais deram conta de comportamentos que constituem violência, sobretudo no namoro.

Os investigadores dão como exemplo “a partilha das senhas de acesso ao telemóvel e às contas pessoais das redes sociais”, um comportamento “encarado como sinal de compromisso e prova de confiança na relação e não uma forma de controlo e violência”.

De modo geral, “a namorada dá ao namorado essa senha”. Os rapazes também exercem “controlo das saídas da namorada com amigos/as”.

A homofobia admitida é muito acentuada: 53% dos jovens entrevistados não seriam capazes de ter um amigo homossexual; 68% acreditam que “homem que é homem tem sexo apenas com mulheres”; 72% consideram que é legítimo bater num homossexual que os olhar fixamente e 68% num que os tente engatar; 76% até acham bem bater em quem beija alguém do mesmo sexo em público.

## O quotidiano dos centros

Sentem-se pressionados para se conformarem a estereótipos rígidos de virilidade e força. E faltava-lhes - nas palavras de um especialista em masculinidades, juventude e violência - “um mapa orientador que permita entender as várias opções de construção de masculinidades mais saudáveis, equitativas e cuidadoras, por oposição a masculinidades violentas e hegemónicas”.

Nos centros educativos, os investi-



PAULO PIMENTA

## Entrevistas inspiram artista visual

Artista visual Hamilton Francisco, conhecido por Babu, inspirou-se nos áudios das entrevistas feitas pelos investigadores do projecto “X-MEN: Masculinidades, Empatia e Não Violência”. A exposição, intitulada “Entre Lugares”, está parente até 30 de Junho no Convento de São Francisco, em Coimbra. Há uma nota de esperança, a avaliar pelo que escreve o curador, Pedro Vaz, no catálogo. “Esta exposição situa uma nova série de Babu alicerçada na problemática alusiva ao universo das masculinidades e da análise de vozes que testemunham uma consciencialização genuína sobre como a masculinidade pode ser reestruturada de modo a torná-la mais poética e regenerativa.” Babu nasceu em Malanje, Angola, em 1974. Para esta exposição, Babu preparou seis peças. Descreve-as como um conjunto de “pinturas aplicadas com várias técnicas, algumas com colagens e impressões em serigrafia de forma a ficarem mais orgânicas”. “Entre Lugares”, explica Babu na conversa com Pedro Vaz que se encontra transcrita no catálogo, “é a deslocação a que todos estamos sujeitos”. “No caso destes jovens, é a obrigação de reaprender.”

gadores tomaram nota da rotina diária destinada a estruturar os adolescentes. E dos momentos diários de avaliação sobre o comportamento de cada um, para os ajudar a reflectir.

Entrando num centro educativo, cada um é apoiado na definição do projecto de vida a desenvolver ali dentro. Como cá fora, as raparigas tendem a frequentar cursos de Cozinha, e Estética & Cabeleireiro. Já os rapazes vão para cursos como Operador de Jardinagem, Informática e Reparação de Computadores.

Os investigadores deram pelo esforço feito por cada centro educativo para estabelecer parcerias com entidades exteriores. Além de assegurar potenciais oportunidades de trabalho, procuram “sensibilizá-los/as para a participação cívica, expressão artística e cultural”.

Qual a maior fragilidade que identificaram? “As perspectivas de futuro destes/as jovens quando saem.” Enquanto ali estão, os profissionais procuram dar “resposta às suas necessidades físicas, psicológicas e emocionais”. Saindo dali, volta o

caos. As famílias até resistem aos novos hábitos que trazem, como pôr a mesa ou limpar o quarto ou discutir abertamente o dia.

Os autores do estudo recomendam que se invista em estruturas intermédias de apoio à reintegração destes jovens. Só trabalhando com as próprias famílias e contexto se abre uma “possibilidade de futuro em que possam fazer novas escolhas como condição para a prevenção da reincidência”.

Alguns jovens já são pais. Sugerem que se criem “condições para o exercício da parentalidade co-responsável, que passa pelo registo dos jovens que são pais e mães, bem como pela permissão e incentivo de saídas para visitas parentais, ainda que monitorizadas, para promover uma vinculação efectiva entre jovens pais e mães e seus filhos/as”.

Dentro dos centros educativos, parece-lhes “recomendável diversificar a oferta formativa disponível”. Isto para “potenciar o envolvimento dos/as jovens em formações que vão ao encontro dos seus interesses” e

para “facilitar a posterior entrada no mercado de trabalho”. Também consideram “fundamental garantir que quem pretende prosseguir os seus estudos, findo o cumprimento da medida de internamento, tem assegurada vaga na rede pública de ensino, de modo a evitar a descontinuidade formativa”.

“Para tanto, é necessária maior articulação entre a DGRSP e o Ministério da Educação.” Na mesma linha, sugerem “estratégias de desmedicalização progressiva aplicadas durante e a partir da sua saída dos centros educativos com acompanhamento contínuo”. E “em articulação com a rede de cuidados de saúde primários”.

### Ensinar não violência

Não se coíbam de sublinhar a necessidade de garantir “melhores condições de trabalho para profissionais de todos os níveis que trabalham nos centros educativos, considerando o desgaste físico e emocional que enfrentam”. E de lhes assegurar “uma formação inicial e continuada, que

cubra áreas temáticas como igualdade de género, construção de masculinidades cuidadoras, noções de psicologia de desenvolvimento, gestão e mediação de conflitos”.

“Nos centros educativos deviam implementar programas que levam a reflectir sobre estas questões”, diz Tatiana Moura, referindo-se a masculinidade, não-violência, empatia. O pouco que há não chega.

Explorando a metáfora dos X-Men, isto é, recorrendo ao imaginário da banda desenhada protagonizada por super-heróis mutantes e ostracizados, ensaiaram um programa de 12 horas, orientado, em quatro sessões, com jovens de todos os centros educativos em 2023. Nesse jogo, há um líder, que “representa uma forma alternativa de masculinidade”, que “valoriza a empatia, a inteligência, o bem comum”. E um antagonista, que “encarna uma masculinidade mais tradicional, baseada na força bruta e na busca pelo poder”. Embora tivessem dito que se sentiam vistos como rebeldes pela sociedade, os jovens revelaram que gostariam de ser vistos como pessoas comuns. Cada mutante tem poderes únicos. “Quando perguntávamos que poderes gostariam de ter, falavam na invisibilidade. Como são vistos de lado, preferem

passar despercebidos.”

Nesta tentativa de “descobrir com os jovens como se podem construir outras masculinidades, empáticas, não violentas e cuidadoras”, os investigadores ficaram ainda mais convencidos de que “uma mudança no paradigma da investigação e intervenções transformadoras passa por reconhecer o lugar central que a construção de masculinidades e relações equitativas de género têm na diminuição global de índices de violência”.

O caminho, sublinha Tatiana Moura, é fazer compreender “que há outras formas”. “Se desenvolveram capacidades e características de cuidado dificilmente verão na violência uma solução tanto para si como para as outras pessoas.” Essa mudança, enfatiza, diz respeito a todos. “A sociedade tem de valorizar homens que cuidam. Já avançamos bastante na parte da paternidade, mas noutras não. Isto começa na infância, no jardim-escola, no pré-escolar.”

No fim do projecto, isto é, em Junho, a equipa deverá apresentar um manual de uso livre. “Estamos certos que a directora de justiça juvenil tem abertura para que o manual passe a fazer parte do currículo [dos jovens]. Além de [integrar a] formação a profissionais.”

## PRÉMIO ANTÓNIO BARBOSA DE MELO DE ESTUDOS PARLAMENTARES



A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA CONVIDA AS ENTIDADES INTERESSADAS A APRESENTAREM AS SUAS CANDIDATURAS AO PRÉMIO ANTÓNIO BARBOSA DE MELO DE ESTUDOS PARLAMENTARES 2024, ATÉ AO PRÓXIMO DIA 30 DE JUNHO\*

Instituído pelo Despacho do Presidente da Assembleia da República n.º 56/XIII, de 14 de setembro de 2017, o Prémio destina-se a galardoar, de dois em dois anos, um trabalho de investigação inédito, elaborado por cidadãos portugueses ou estrangeiros, em português, nos domínios do Direito Constitucional, da História Contemporânea e da Ciência Política, relacionado com o tema do Parlamento e do Parlamentarismo em Portugal. O Prémio compreende a atribuição de um diploma e de um valor pecuniário de 20 000 euros, bem como a possibilidade de publicação do trabalho de investigação pela Divisão de Edições da Assembleia da República, em termos a definir no quadro do seu plano editorial. As candidaturas devem ser apresentadas nos termos previstos no Regulamento anexo ao referido Despacho e nas Normas do Prémio, cujos textos estão disponíveis na página Internet do Parlamento em:

[www.parlamento.pt/Paginas/2024/junho/Premio-Antonio-Barbosa-de-Melo-Estudos-Parlamentares-2024.aspx](http://www.parlamento.pt/Paginas/2024/junho/Premio-Antonio-Barbosa-de-Melo-Estudos-Parlamentares-2024.aspx)

O Prémio é atribuído pelo Presidente da Assembleia da República, mediante proposta do Júri, constituído, no âmbito das Comissões de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, pelos Deputados Paula Cardoso (PSD) – Presidente; António Rodrigues (PSD); Pedro Delgado Alves (PS); Gabriel Mithá Ribeiro (CH) e Patrícia Gilvaz (IL).

As candidaturas deverão ser dirigidas ao Presidente da Assembleia da República: Por correio eletrónico (em formato PDF)

[premiobarbosademelo@ar.parlamento.pt](mailto:premiobarbosademelo@ar.parlamento.pt)

ou

Por carta registada – Gabinete do Presidente da Assembleia da República, Assembleia da República, Palácio de São Bento, 1249-068 Lisboa

\* Para este efeito, conta a data do respetivo registo postal.